



EDITAL NÚMERO 294/2019

---BASÍLIO ADOLFO DE MENDONÇA HORTA DA FRANCA, NA QUALIDADE DE PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE SINTRA.-----

--- FAZ PÚBLICO QUE, foi celebrado no dia 7 de junho de 2019, o Protocolo número 50/2019, com a Associação Humanitária de Bombeiros Voluntários de Queluz, que a seguir se reproduz.-----

“Considerando que:-----

- Um dos segmentos populacionais com maior risco de exclusão social é constituído pelos seniores, para os quais o Município tem vindo a criar um conjunto de respostas no sentido de melhorar as suas condições de vida, combater o isolamento social a que estão sujeitos e promover o envelhecimento ativo, saudável e inclusivo, designadamente, os programas “Oficina do Idoso”, “Em Casa com Segurança”, “Linha Sintra Sénior”, “Natação Acessível”, “Sintra + Saúde” e “Condomínio Solidário”, “Comércio Sempre Alerta” e “Os Dias da Idade”;-----

- Complementarmente, entendeu o Município aprofundar os apoios à população sénior, também, no domínio do acesso a cuidados de saúde, designadamente no que tange ao transporte não urgente de doentes e o acesso aos medicamentos;-----

- Para tal efeito, a Assembleia Municipal de Sintra, sob proposta da Câmara Municipal, aprovou, em 18 de maio de 2015, o Programa Municipal de Apoio ao Transporte da População Sénior para Estabelecimentos e Serviços de Saúde, denominado “Táxi Social”;-----

- O regulamento que regula as condições de funcionamento do “Táxi Social” prevê, expressamente, a possibilidade de o transporte da população sénior abrangida pelo programa ser executado, mediante a celebração de protocolo, por entidades licenciadas para o transporte de doentes, com utilização de veículos adequados ao fim, ao número e às condições físicas das pessoas a transportar;-----

- As associações humanitárias de bombeiros são entidades licenciadas para o transporte de doentes, dispondo, para esse efeito, de viaturas adequadas para

o transporte urgente de doentes, o transporte não urgente de doentes e o acesso aos medicamentos;-----

•O Município de Sintra e a Associação Humanitária de Bombeiros Voluntários de Queluz celebraram o Protocolo n.º 143/2015, de 11 de dezembro, através do qual foi dado cumprimento ao Programa “Táxi Social” na cidade de Queluz, assegurando a realização de 79 serviços de transporte não urgente de doentes a munícipes seniores com carência económica, que recorrem ao programa;-----

•O Município de Sintra e a Associação Humanitária de Bombeiros Voluntários de Queluz reconhece a importância desta parceria e manifestam vontade na sua manutenção.-----

Considerando, ainda, que:-----

•Constituem atribuições dos Municípios a promoção e salvaguarda dos interesses próprios das respetivas populações, nomeadamente nos domínios da saúde e ação social, nos termos do n.º 1 e das alíneas g) e h) do n.º 2 do art.º 23.º do regime jurídico das autarquias locais, aprovado pela Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro;-----

•Compete às Câmaras Municipais deliberar sobre as formas de apoio a entidades e organismos legalmente existentes, apoiar atividades de natureza social, ou outra de interesse para o município, incluindo aquelas que contribuam para a promoção da saúde e prevenção das doenças, bem como assegurar a integração da perspetiva de género em todos os domínios de ação, designadamente através da adoção de planos municipais para a igualdade, conforme disposto nas alíneas o), u) e q) do n.º 1, do art.º 33.º do supracitado regime jurídico;-----

•A dotação financeira que resulta desta proposta, no valor de 5.000 € (cinco mil euros), encontra-se prevista nas Grandes Opções do Plano para 2019, rubrica 23.2.2019.66.1, Fundo 18575 – Táxi Social/Trf correntes - bombeiros;-----

•O encargo financeiro assumido no âmbito do presente protocolo ficará condicionado à existência de fundos disponíveis, nos termos do disposto na Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro – Lei dos Compromissos e Pagamentos em Atraso, que aprova as regras aplicáveis à assunção de compromissos e aos pagamentos em atraso das entidades públicas, regulamentada pelo Decreto-



Lei n.º 127/2012, de 21 de junho, não havendo lugar a qualquer indemnização decorrente da respetiva indisponibilidade.-----

Entre-----

O MUNICÍPIO DE SINTRA, com sede no Largo Dr. Virgílio Horta, em Sintra, titular do cartão de pessoa coletiva de direito público número 500 051 062, neste acto representado pela Exma. Sra Vereadora da Câmara Municipal Maria da Piedade de Matos Pato Mendes, ao abrigo da alínea iii, nº 2-A, do despacho de delegação de competências número 79-P/2017, de 16-11-2017, do Exmo. Sr. Presidente da Câmara Municipal, adiante designado por primeiro outorgante;-----

E-----

A ASSOCIAÇÃO HUMANITÁRIA DE BOMBEIROS VOLUNTÁRIOS DE QUELUZ, com sede na Rua D. Pedro IV, 2745-201 Queluz, matriculada na Conservatória do Registo Comercial de Sintra sob o número único de matrícula e de pessoa coletiva nº 501 091 289, representada neste ato, respetivamente, pelo Presidente da Direção, Ramiro da Silva Ramos, e pelo Tesoureiro, João Maria Canhoto Russo, qualidade e poderes bastantes para o ato comprovados pela consulta da Certidão Permanente com o código de acesso nº [REDACTED], subscrita em 14-10-2016 e válida até 14-10-2019, adiante designado por segundo outorgante;-----

É livremente celebrado o presente protocolo de colaboração, nos termos e condições das cláusulas seguintes:-----

CLÁUSULA PRIMEIRA

(Objetivo)

O presente protocolo define os termos de colaboração entre o Município de Sintra e a Associação Humanitária de Bombeiros de Queluz, tendo em vista o desenvolvimento de uma parceria no âmbito do Transporte Não Urgente da População Sénior para Estabelecimentos e Serviços de Saúde – Programa Municipal “Táxi Social”.-----



CLÁUSULA SEGUNDA

(Âmbito)

A parceria estabelecida através do presente protocolo consiste na criação de condições, por parte dos outorgantes, para o transporte não urgente de doentes seniores, economicamente carenciados, para estabelecimentos e serviços do Serviço Nacional de Saúde (SNS) ou entidades com contrato ou convenção para prestação de cuidados de saúde, visando facilitar o acesso desse segmento da população a consultas, internamentos, tratamentos ou exames complementares de diagnóstico e terapêutica.-----

CLÁUSULA TERCEIRA

(Obrigações do Primeiro Outorgante)

1.Com vista à prossecução dos objetivos do presente protocolo, constituem obrigações da Câmara Municipal de Sintra:-----

- a)Divulgar as condições de acesso ao Programa Municipal “Táxi Social” junto da população sénior economicamente carenciada;-----
- b)Garantir o cumprimento das condições de acesso, bem como a instrução e o tratamento das candidaturas ao Programa Municipal “Táxi Social”, nos termos definidos no respetivo regulamento;-----
- c)Assegurar a articulação com o Agrupamento dos Centros de Saúde de Sintra, de modo a garantir a não duplicação de respostas neste domínio; -----
- d)Atribuir à Associação Humanitária de Bombeiros de Queluz um apoio financeiro no valor de €5.000,00 (cinco mil euros), destinado a apoiar os custos com o transporte não urgente de doentes sinalizados pela autarquia no âmbito Programa Municipal “Táxi Social”;-----
- e)Acompanhar a aplicação do presente protocolo através do Departamento de Solidariedade e Inovação Social;-----
- f)Acompanhar e apoiar os idosos abrangidos pelo Programa “Táxi Social” através das respostas sociais existentes;-----

2.O encargo financeiro assumido pelo Município ficará condicionado à existência de fundos disponíveis no âmbito do disposto na lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro – Lei dos Compromissos e Pagamentos em Atraso, não havendo lugar a qualquer indemnização daí decorrente.-----



3.O apoio financeiro à Associação Humanitária de Bombeiros de Queluz, referido na alínea d) do n.º 1 da presente cláusula, destina-se a suportar os encargos com o transporte não urgente de doentes nas condições definidas na cláusula quarta.-----

CLÁUSULA QUARTA

(Obrigações do Segundo Outorgante)

Com vista à prossecução dos objetivos do presente protocolo, a Associação Humanitária de Bombeiros de Queluz compromete-se a:-----

a)Assegurar aos idosos sinalizados pela CMS o transporte não urgente nas seguintes situações:-----

- Transporte para consulta, internamento, tratamentos e ou exames complementares de diagnóstico e terapêutica prescritos por médico;-----

- Transporte para a residência do utente após a alta de internamento ou da urgência;-----

b)Disponibilizar para o transporte referido na alínea anterior, viaturas licenciadas para o transporte de doentes;-----

c)Facultar todos os elementos e informações que lhe sejam solicitados pela CMS sobre o desenvolvimento do programa; -----

d)Divulgar junto dos idosos abrangidos pelo Programa “Táxi Social” as respostas sociais disponibilizadas pelo Município e dirigidas à população sénior;-----

CLÁUSULA QUINTA

(Revisão, Denúncia e Rescisão)

1.Durante o prazo de vigência do presente protocolo pode o mesmo ser objeto de revisão, por acordo entre as partes, ou unilateralmente pelo Município de Sintra, devido a imposição legal ou ponderoso interesse público, ficando sempre sujeita a prévia autorização da Câmara Municipal de Sintra.-----

2.O presente protocolo poderá ser denunciado ou rescindido, em qualquer momento, por qualquer das partes, através de comunicação escrita, com antecedência mínima de 30 (trinta) dias.-----

3.A denúncia ou rescisão do presente protocolo não implicará quaisquer responsabilidades ou obrigação de ressarcimento para qualquer das partes.----



CLÁUSULA SEXTA

(Validade)

O presente protocolo entra em vigor à data da sua assinatura e vigora pelo período de dois anos.-----

A minuta do presente Protocolo de Colaboração foi aprovada por deliberação tomada em reunião do órgão executivo municipal, realizada em 16 de maio de 2019 e sob a Proposta nº2455-EQN/2019 de 10 de maio .-----

A despesa resultante deste protocolo no valor de 5.000,00€ (cinco mil euros), encontra-se cabimentada no orçamento municipal em vigor, com a classificação 09.01.00/04.07.01.03 e no Plano na rubrica 23.23.2/2019.66.1, Fundo 18575, conforme CT-2019/19001685.-----

Para efeitos do cumprimento da lei número 8/2012, de 21 de fevereiro, e do disposto no Decreto-Lei nº 127/2012, de 21 de Junho, o compromisso válido e sequencial que se anexa, faz parte integrante deste protocolo: Compromisso número 7819004856 de 27-05-2019, no valor de 5.000,00€.-----

Arquivo:-----

-Comprovativo da situação contributiva se encontra regularizada perante a Segurança Social – consulta efetuada pelo município a 17-05-2019 e válida por seis meses;-----

-Comprovativo da situação tributária regularizada – Consulta efectuada pelo município de Sintra a 17-05-2019, com a validade de seis meses.

Paços do Concelho, aos 7 de junho de 2019.”-----

---Este protocolo vai ser publicitado nos termos do Decreto – Lei número 167/2008, de 26 de agosto, alterado pela Lei número 64/20013, de 27 de agosto. Assim, nos termos do número 1 do artigo 56º da Lei número 75/2013, de 12 de setembro, passei o presente Edital e outros de igual teor que vão por mim assinados e serão afixados nos lugares públicos habituais, durante cinco dos 10 dias subsequentes à Outorga do respectivo protocolo.-----

--- Sintra e Paços do concelho, 14 de junho de 2019.-----

O PRESIDENTE DA CÂMARA,